



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140949 - BA (2021/0002981-9)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**RECORRENTE** : ALEXANDER SOUZA DE AQUINO (PRESO)  
**ADVOGADOS** : BRUNO RENAN SILVA MENDES DE ALMEIDA E OUTRO(S) -  
BA030239  
MATHEUS PEREIRA MENDES E OUTRO(S) - BA060921  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ALEXANDER SOUZA DE AQUINO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8027886-22.2020.8.05.0000).

O recorrente foi preso preventivamente no dia 25/3/2020 e posteriormente condenado pela prática do delito previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06 a uma pena de 9 anos de reclusão, em regime inicial fechado, sem direito a recorrer em liberdade.

Sustenta que a negativa do direito de recorrer em liberdade caracteriza constrangimento ilegal, uma vez que não estariam presentes os requisitos necessários à custódia cautelar, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, porquanto o paciente é primário, de bons antecedentes, possui residência fixa e trabalho lícito.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva e a expedição de alvará de soltura, com a imposição de medidas cautelares alternativas. No mérito, requer o provimento do recurso para que possa recorrer da condenação em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão. O desembargador relator justificou, de forma fundamentada, sobre a necessidade de manutenção da prisão preventiva do recorrente (fl. 322):

[...]

Com efeito, os elementos colhidos nos fólios apontam a conduta do Paciente dedicada à mercancia, evidenciando a gravidade concreta do delito e sua periculosidade, devendo-se ponderar, ainda, que permaneceu segregado ao longo da instrução processual, sendo forçoso reconhecer a razoabilidade da manutenção do cárcere.

[...]

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente